



Daniel Oliveira
danieloliveira@gmail.pt

O GRANDE ASSALTO

Em 1928, 1% dos americanos detinha 24% dos rendimentos. Depois veio a Grande Depressão, o New Deal, a II Guerra Mundial e, na Europa, a construção do Estado social. Em 1976, os 1% mais ricos já só detinham 9% da riqueza. De 1949 a 1979, a produtividade aumentou, nos EUA, 119%. Os salários aumentaram 79%. Nesse período, os 20% mais ricos aumentaram a sua riqueza em 99%. Mas os 20% mais pobres viram os seus rendimentos crescer 122%. Depois veio Reagan, a desregulação financeira e o domínio ideológico neoliberal. Em 2007, nas vésperas de mais uma crise, 1% dos americanos detinha de novo 23,5% da riqueza americana. De 1980 a 2009, a produtividade aumentou 80%. Os salários aumentaram 8%. Os mais ricos aumentaram o seu património em 55%. Os mais pobres perderam 4%. Depois do susto de 2008, estamos a assistir a um ciclo de sentido contrário? Acentuou-se o ciclo anterior. Os 1% de americanos mais ricos arrecadaram 95% dos ganhos posteriores a 2009. No Reino Unido, neste mesmo período, o património dos super-ricos duplicou. E 170 médicos britânicos assinaram uma carta aberta em que anunciam: "O fantasma de Oliver Twist está de volta." As medidas de austeridade fizeram com que 24% da população da União estejam em risco de pobreza ou exclusão social. E, desde o início da crise, as famílias mais ricas do mundo viram a sua riqueza aumentar 65%.

O aumento da desigualdade não é apenas consequência da crise. Foi a sua causa primeira, porque substituiu o rendimento do trabalho por crédito e assim alimentou um capitalismo financeiro improdutivo. E é consequência de políticas de austeridade que, contra todas as evidências, optam pelas receitas opostas às que aplacaram a Grande Depressão e ergueram a Europa no pós-guerra. A recusa em impor limites aos poderes financeiros, a diabolização do papel do Estado (que serve, no entanto, para pagar os prejuízos dos bancos) e a transformação de uma crise financeira numa crise das dívidas soberanas permitiu um novo e impiedoso ataque ao Estado social e a todos os mecanismos de redistribuição de riqueza. Por enquanto, vivemos apenas mais um episódio do longo ciclo de transferência de rendimentos da maioria para uma pequena elite começado nos anos 70.

No dia 15 de setembro de 2012, um milhão de pessoas saiu à rua para recusar o aumento dos descontos dos trabalhadores para a segurança social e a redução da TSU, paga pelos patrões. Não passou. Mas passaram as mudanças à lei laboral. Através de várias alterações legislativas embarateceram-se as horas extraordinárias, flexibilizaram-se os despedimentos, baixaram-se as indemnizações, simplificou-se o *lay-off*, cortou-se nas férias e nos feriados. Sobre quase todas estas medidas é fácil fazer a conversa mole das "reformas estruturais" e da "modernização da economia". E cada medida isolada parecia estar muito longe da profundidade da TSU. Só que, disse o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra esta semana, a transferência do trabalho para o capital foi, só com estas alterações, de 1,5 a 2,2 mil milhões euros. A TSU correspondia a 2,3. De uma forma ou de outra, conseguiram o que queriam. Com as subidas de IRS e IVA e descidas de IRC, farão o resto. É este o "ajustamento" de que nos falam. Está todo, em números esmagadores, no primeiro parágrafo deste texto.